



Administração de diretórios partidários e ação política de elites provinciais no Brasil do Segundo Reinado: a implantação do Centro Liberal e suas implicações no funcionamento do Partido Liberal na Província do Paraná (1868-1889)

Administration of political parties committees and political action of provincial elites in Brazil of the Second Reign: the implantation of Liberal Center and its implications on the management of Liberal Party in the Province of Paraná (1868-1889)

La administración de los directorios partidarios y la acción política de las élites provinciales en Brasil del Segundo Reinado: la implantación del Centro Liberal y sus implicaciones en el funcionamiento del Partido Liberal en la Provincia del Paraná (1868-1889)

Sandro Aramis Richter Gomes

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

Resumo

O presente artigo contém uma investigação acerca dos impactos da reorganização do diretório nacional do Partido Liberal na gestão do Partido Liberal na Província do Paraná no decorrer dos decênios de 1870 e 1880. O argumento fundamental deste estudo afirma que a mencionada reorganização não provocou o aumento do controle do diretório nacional sobre as demais instâncias administrativas da agremiação. A elite política ligada ao Partido Liberal no Paraná conservou a sua autonomia para definir o modelo de gestão e os modos de funcionamento das unidades locais da grei. Por conseguinte, é evidenciado que no fim dos anos 1870 tal autonomia originou um modelo de gestão marcado pela existência de um chefe supremo. Portanto, cabe demonstrar que, por um lado, a reorganização administrativa do Partido Liberal não reduziu as prerrogativas das elites regionais de elaborarem critérios próprios para o governo local de diretórios. Por outro lado, essa reorganização não promoveu, no contexto do Paraná, uma renovação do quadro de dirigentes da agremiação.

Palavras-chave: Diretórios partidários. Elites provinciais. Partido Liberal. Província do Paraná.

Abstract

This article contains an investigation into the impact of the reorganization of the Liberal Party's national political party committee on the management of the Liberal Party in the Province of Paraná during the 1870s and 1880s. The fundamental argument of this study is that the reorganization did not provoke the increase of control of the national political party committee over the other administrative instances of the association. The political elite linked to the Liberal Party in Paraná conserved about their autonomy to define the model of management and modes of operation of the local units of the association. Therefore, it is evidenced that in the late 1870s such autonomy gave rise to a management model marked by the existence of a supreme leader. Therefore, it should be demonstrated that, on the one hand, the administrative reorganization of the Liberal Party did not reduced the prerogatives of the regional elites to develop proper criteria for local government of directories. On the other hand, this reorganization did not promote, in the context of Paraná, a renewal of the board of directors of the association.

Keywords: Liberal Party. Political parties committees. Province of Paraná. Provincial elites.



Resumen

El presente artículo contiene una investigación sobre los impactos de la reorganización del directorio nacional del Partido Liberal en la gestión del Partido Liberal en la Provincia del Paraná en el transcurso de los decenios de 1870 y 1880. El argumento fundamental de este estudio afirma que la mencionada reorganización no provocó el aumento del control del directorio nacional sobre las demás instancias administrativas de la agremiación. La elite política ligada al Partido Liberal en el Paraná conservó su autonomía para definir el modelo de gestión y modos de funcionamiento de las unidades locales de la agremiación. Por consiguiente, es evidente que a finales de los años 1870 esa autonomía originó un modelo de gestión marcado por la existencia de un jefe supremo. Por lo tanto, cabe demostrar que, por un lado, la reorganización administrativa del Partido Liberal no ha disminuido las prerrogativas de las elites regionales de elaborar criterios propios para el gobierno local de directorios. Por otro lado, esa reorganización no promovió, en el contexto del Paraná, una renovación del cuadro de dirigentes de la agremiación.

Palabras-clave: Directorios partidistas. Elites provinciales. Partido Liberal. Provincia del Paraná.

Introdução

O presente artigo comporta uma investigação sobre os efeitos da criação do Centro Liberal no modelo de gestão dos diretórios do Partido Liberal na Província do Paraná ao longo das décadas de 1870 e 1880. A finalidade central deste estudo é a produção de um conhecimento acerca dos modos de gestão de diretórios de um partido monárquico concebidos por setores de uma elite provincial ao tempo do Segundo Reinado.

Por meio da análise do caso da referida província, o estudo aqui empreendido é dedicado à compreensão da natureza das interações entre dirigentes nacionais e provinciais de uma agremiação partidária. A realização deste estudo é também operacional para reconhecer o grau de autonomia auferido por setores de elite provincial no tocante à capacidade de aplicar e modificar as diretrizes para a gestão local de diretórios partidários. Em um sentido amplo, a investigação desenvolvida neste artigo é orientada pelo propósito de identificar as características e limites da atuação de membros de elites provinciais na estruturação e gestão de um partido monárquico.

Este estudo é desenvolvido em três etapas. Primeiro, cumpre empreender uma análise a respeito do processo de implantação e funcionamento do Centro Liberal, isto é, o diretório nacional do partido. Convém salientar que, no fim dos anos 1860, setores de elites provinciais apresentaram suas reservas quanto ao projeto de reestruturação da grei. Trata-se de evidenciar que a conservação de amplas prerrogativas para comandar a grei foi, desde a época da criação do Centro Liberal, uma reivindicação basilar de chefes locais do partido.

Na segunda etapa do artigo é evidenciado que o diretório nacional não interferiu para solucionar conflitos internos aos membros do Partido Liberal do Paraná. Ao mesmo tempo, compete ressaltar que não havia um modelo unificado para conduzir a vida

administrativa dos diretórios paranaenses da citada agremiação.

A terceira etapa, por seu turno, comporta a defesa do argumento segundo o qual, no âmbito da Província do Paraná, a reorganização administrativa do Partido Liberal não engendrou um processo de renovação de seu quadro de lideranças. Antes, ao longo dos decênios de 1870 e 1880 houve a permanência do bacharel Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903) no comando local do partido.

A historiografia tem dedicado atenção ao funcionamento de instituições políticas existentes nas províncias do Império brasileiro. Tal perspectiva de análise contribui para o entendimento sobre as formas de atuação parlamentar e o repertório de demandas de elites regionais. Desde o princípio dos anos 2000, são produzidos avanços na compreensão sobre a natureza das atividades políticas das elites provinciais.

Essa compreensão renovada sobre a vida política imperial decorre, por exemplo, do estudo sobre o funcionamento das assembleias legislativas (DOHLNIKOFF, 2005; GOUVÊA, 2008), dos antigos conselhos gerais (FERNANDES, 2014; OLIVEIRA, 2014) e dos governos provinciais (FREITAS, 2009). Tal renovação é também derivada das investigações sobre a participação de setores de elites regionais em instituições políticas nacionais, tais como a Câmara dos Deputados e o Conselho de Estado (FREITAS, 2015; LOPES, 2010; MARTINS, 2007). Por fim, a abordagem a respeito das instituições centrais da administração do Brasil do Segundo Reinado tem propiciado uma compreensão sobre a natureza e efeitos dos conflitos internos aos membros da elite imperial (FERRAZ, 2012).

Contudo, permanece pouco desenvolvida a investigação respeitante à estruturação e ao funcionamento dos partidos monárquicos em âmbito provincial. Ao mesmo tempo, o entendimento sobre as atividades dos

diretórios nacionais dessas agremiações mantêm-se pouco avançado. Em sua maior parte, as investigações concernentes aos partidos do Brasil monárquico são distinguidas por um caráter panorâmico.

Nesse âmbito, há maior ênfase para a identificação dos perfis sociais e do ideário programático formulado pelos próceres dos partidos Conservador e Liberal (CARVALHO; CHACON, 1981; FRANCO, 1974; HÖRNER, 2013; LUÍS NETO, 1979; MOTTA, 1971; MOTTA, 1999). Em grande medida, as abordagens panorâmicas sobre os partidos brasileiros ao tempo do Império convergem ao ressaltarem a incipiente organização administrativa e o caráter centralizado das formas de gestão das agremiações.

Há que se ressaltar, ainda, a existência de uma inclinação para o estudo da atuação dos próceres dos partidos monárquicos em instâncias da administração imperial (NEEDELL, 2006). Na historiografia, o estudo sobre os projetos de Estado e as formas de ação administrativa de lideranças nacionais dos partidos consta como uma linha de força na compreensão da vida política do Brasil monárquico (ESTEFANES, 2010; NASCIMENTO, 2012; LYNCH, 2012; MATTOS, 1987; RIBEIRO, 2016).

Em síntese, os estudos panorâmicos sobre as agremiações partidárias da época do Império são orientados pelo propósito de salientar as diferenças centrais no repertório de propostas dos membros dos partidos Conservador e Liberal. Houve, por certo, iniciativas destinadas a promover uma renovação em estudos sobre partidos, elites e eleições no Brasil monárquico (FARIA, 2014; LIMONGI, 2014; MOSHER, 2008; NUNES, 2003).

Todavia, é episódico o aparecimento de abordagens dedicadas à compreensão da organização interna de partidos monárquicos em âmbito provincial (BANDECCHI, 1973; ALENCAR, 2014). Nesse contexto, os estudos sobre a ação política de parentelas pertencentes a elites regionais têm propiciado uma compreensão a respeito do funcionamento de partidos em nível provincial (GRAHAM, 1997; MOREIRA, 2005).

A abordagem aqui desenvolvida está inserida na área dos estudos sobre a história das elites do Brasil. Assim, este artigo comporta uma abordagem direcionada à investigação da atuação partidária de membros de uma elite regional da época do Império. A elite política estudada neste artigo era marcada pela presença nas posições mais decisivas de um diretório partidário. Neste artigo, portanto, é realizado o emprego do método posicional para o estudo da elite política ligada ao Partido Liberal no Paraná.

A adoção desse método é crucial para o reconhecimento da composição social e da natureza do poder do grupo de indivíduos que estavam acomodados nos postos mais estratégicos do diretório liberal do Paraná à época do Segundo Reinado. Tal método foi empregado originalmente por Charles Wright Mills para o estudo de elites econômicas, militares e políticas dos Estados Unidos da América (MILLS, 1975; CODATO, 2015).

Presentemente, um dos avanços em história das elites decorre da análise sobre a profissionalização da atividade política no Brasil ao longo do Segundo Reinado e da Primeira República (COSTA, MASSIMO, PERISSINOTTO, 2017; VENÂNCIO, 2016). Entretanto, mantém-se pouco desenvolvido o estudo das mudanças nas formas de gestão partidária que ocorreram ao tempo da profissionalização da classe política brasileira. O conhecimento dessas mudanças propicia um avanço em relação à abordagem caracterizada por acentuada generalização a respeito dos modos de ação das elites provinciais nos diretórios partidários.

A criação do Centro Liberal e a gestão do partido na Província do Paraná nos decênios de 1860 e 1870

Neste estágio da investigação é demonstrado que a implantação do Centro Liberal, em 1868, não solapou a autonomia das elites regionais e, em especial, da elite política paranaense no que concerne à capacidade de governarem localmente os diretórios do partido. Trata-se de salientar que os liberais radicados em distintas províncias não se eximiram de executar a tarefa de criar unidades locais do partido. A fundação de diretórios nas capitais e nos municípios do interior das províncias era uma recomendação primordial dos dirigentes nacionais aos gestores locais da grei liberal.

Os diretórios regionais do Partido Liberal não começaram a ser fundados a partir do mencionado ano. Contudo, foi a partir da passagem dessa agremiação para a condição de opositora do Gabinete Ministerial, em julho de 1868, que os dirigentes nacionais e provinciais da grei desenvolveram iniciativas mais consistentes para a implantação de diretórios. Foi no momento em que se encontravam na condição de opositoristas que os liberais definiram critérios mais padronizados para estruturar os diretórios regionais da agremiação.

Por outro lado, houve membros das elites regionais que enxergaram com ressalvas a tarefa sugerida pelos gestores nacionais do partido. Essas ressalvas são indícios de que havia distintos entendimentos entre membros de elites provinciais a respeito da função dos diretórios partidários. As mencionadas ressalvas, contudo, não foram suficientes para impedir a concretização do projeto de expansão de diretórios. Em síntese, a realização desse projeto significou a tentativa de manter o partido organizado nas províncias por meio da implantação de órgãos dotados de uma estrutura administrativa mais formal e estável.

No dia 16 de julho de 1868 ocorreu a dissolução do Gabinete liberal comandado pelo senador baiano Zacarias de Góis e Vasconcelos. Em seguida, houve a formação de um Gabinete conservador liderado por Joaquim José de Rodrigues Torres, detentor do título de Visconde de Itaboraí. No dia 03 de outubro de 1868, ocorreu a fundação do Centro Liberal (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 25 de novembro de 1868, p. 1). O Centro era o diretório nacional do Partido Liberal e estava sediado na cidade do Rio de Janeiro.¹

Comumente, esse acontecimento é situado como o momento em que os dirigentes nacionais da grei elaboraram um repertório de propostas destinadas a promover mudanças na ordem política e administrativa do Império (AMARAL; BONAVIDES, 2002, p. 456-470). Todavia, não foi objeto de estudo da historiografia as implicações da elaboração, pelo Centro Liberal, em 1868, das diretrizes orgânicas destinadas a orientar a reorganização administrativa do partido.

A criação do Centro Liberal foi uma iniciativa liderada por dez senadores, a saber, José Tomás Nabuco de Araújo (PE), Bernardo de Souza Franco (PA), Zacarias de Góis e Vasconcelos (BA), Antônio Pinto Chichorro da Gama (RJ), Francisco José Furtado (MA), José Pedro Dias de Carvalho (MG), João Lustosa da Cunha Paranaguá (PI), Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (MA), Teófilo Benedito Otoni (MG) e Francisco Otaviano de Almeida Rosa (RJ) (CORREIO PAULISTANO, 29 de novembro de 1868, p. 1).

¹ Antes de 1868, já existia um diretório nacional do Partido Liberal. Esse antigo diretório era denominado de Centro Diretor. Portanto, ao menos desde o início dos anos de 1860 estava em funcionamento um órgão que buscava controlar a gestão do partido em âmbito nacional. No contexto do limiar dos anos 1860, era baixo o grau de formalização das interações entre as instâncias administrativas do Partido Liberal. Tal situação ocasionava, por exemplo, a ingerência do Centro Diretor sobre processos de escolha de candidatos à Câmara dos Deputados. Essa ingerência foi característica ao contexto da definição de candidaturas liberais na Província do Paraná no ano de 1863 (CORREIO MERCANTIL, 30 de julho de 1863, p. 1).

Desde o início de suas atividades, o Centro Liberal fornecia recomendações aos diretórios provinciais e municipais a respeito da ação do partido nas eleições. Os dirigentes nacionais da grei recomendavam, por exemplo, o engajamento ou a abstenção dos liberais nas eleições. Nesse contexto, o Centro produzia circulares nas quais justificava seu posicionamento acerca dos motivos pelos quais os correligionários deveriam participar ou se ausentar dos pleitos eleitorais.

Todavia, não era obrigatório o acatamento dessas recomendações. Dessa forma, o não cumprimento das orientações do Centro Liberal não ocasionava, aos diretórios regionais, quaisquer formas de sanção pela instância superior do partido. Em seu primeiro comunicado dirigido aos correligionários das províncias, datado de novembro de 1868, os dirigentes do Centro Liberal recomendaram a abstenção das eleições primárias de janeiro de 1869. Nessa ocasião seriam eleitos os indivíduos que participariam da escolha de deputados gerais.

No entendimento dos seus dirigentes, o Partido Liberal não dispunha, naquele momento, de condições para suplantar os conservadores, visto que estes estavam a controlar a administração imperial. Em suma, os dirigentes nacionais do partido justificaram essa orientação pelo fato de que o Governo Imperial estaria “armado de leis reacionárias, de imenso arbítrio para comprimir a liberdade do cidadão” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28 de novembro de 1868, p. 1).

No referido comunicado, os membros do Centro destacavam que tal recomendação era somente um conselho, isto é, não havia de ser obrigatoriamente adotada pelos diretórios regionais. A esse respeito, atente-se ao seguinte excerto da mensagem encaminhada pelos componentes do diretório nacional do Partido Liberal aos seus correligionários nas províncias: “O Centro Liberal aproveita esta ocasião para comunicar-vos a deliberação por ele tomada para a eleição de janeiro próximo. Esta deliberação, que não é senão um conselho, consiste na abstenção do Partido Liberal [das eleições primárias]” (JORNAL DO COMMERCIO, 25 de novembro de 1868, p. 1).

Tal informação permite corroborar o argumento segundo o qual os dirigentes nacionais do Partido Liberal não buscavam exercer controle acentuado sobre os modos de estruturação e funcionamento da agremiação em âmbito provincial. Eles, os dirigentes nacionais, conferiram aos gestores locais da grei a faculdade de reconhecerem as ocasiões mais oportunas de adentrar ou retirar-se de um pleito eleitoral. Nesse âmbito, convém salientar que os liberais do

Paraná não se abstiveram do mencionado pleito. Os correligionários do Partido Liberal nessa província participaram tanto das eleições primárias quanto das eleições secundárias.²

A despeito da autonomia que possuíam para gerir localmente os diretórios, os integrantes das elites provinciais acataram a sugestão basilar dos dirigentes do Centro. Tal sugestão consistia em manter o partido politicamente ativo por meio do funcionamento de órgãos administrativos municipais e provinciais. Para a demonstração desta assertiva, há que se destacar que em 19 de novembro de 1868 os chefes liberais do Rio Grande do Norte fundaram um diretório no qual havia apenas os cargos de presidente e secretário, além de dez membros efetivos (JORNAL DO COMMERCIO, 09 de dezembro de 1868, p. 2).

Em 27 de dezembro do referido ano, os liberais do Rio Grande do Sul formaram um diretório provincial cuja Mesa Diretora era composta pelos cargos de presidente e secretário. Tal órgão partidário contava, ainda, com cinco membros efetivos (JORNAL DO COMMERCIO, 05 de janeiro de 1869, p. 1).

Para destacar a ampla autonomia das elites provinciais na concepção de uma estrutura administrativa dos diretórios regionais, é necessário informar que, em 11 de julho de 1869, foi empossada nova diretoria do Partido Liberal em Pernambuco. Essa diretoria era formada por trinta e cinco membros efetivos (JORNAL DO COMMERCIO, 27 de julho de 1869, p. 1).

Por outro lado, cabe observar que não foi unânime, entre os correligionários liberais enraizados nas províncias, a aceitação do projeto de reorganização e fortalecimento dos diretórios partidários. No fim dos anos 1860, portanto, vigorava um entendimento segundo o qual os diretórios eram ambientes marcados pela centralização de decisões, as quais eram controladas pelo seletivo grupo de dirigentes.

Em 1869, por exemplo, Affonso de Albuquerque Mello, correligionário liberal radicado em Pernambuco,

manifestou-se contra a criação de um diretório provincial do Partido Liberal. Em uma reunião destinada a tratar do processo de criação desse órgão partidário, ele afirmou que “o directorio era o mal, o grande mal, o sumo mal do partido livre, porque impedia o aparecimento da opinião pública, e qualquer iniciativa no terreno das ideias e dos princípios” (O LIBERAL, 14 de julho de 1869, p. 4).

Essa afirmação consiste em um indício de que existiam correligionários dos partidos monárquicos que encaravam os diretórios como órgãos de natureza oligárquica e que serviam apenas à oficialização das decisões dos chefes locais da agremiação. Nessa oportunidade, outro correligionário liberal, o Dr. Souto, manifestou sua oposição às diretrizes programáticas do Centro Liberal. Ele qualificou esse documento como uma “vergonha para o Partido Liberal” (O LIBERAL, 14 de julho de 1869, p. 4). Em última análise, as desconfianças de membros de diretório provincial a respeito do projeto formulado pelo Centro Liberal decorriam da pretensão de resguardarem a autonomia sobre a condução local das atividades do partido.

Um dos aspectos dessa autonomia consistia na prerrogativa de formular critérios próprios para a organização de modelos de gestão local do partido. Ou seja, anteriormente ao ano de 1868 já estava em funcionamento uma dinâmica de permanente reorganização de diretórios provinciais e municipais. No contexto anterior à fundação do Centro Liberal, chefes provinciais e municipais do Partido Liberal agiam autonomamente para reger a gestão da grei. Portanto, a época anterior à criação do referido Centro não foi distinguido por completa anomia quanto aos modelos de comando local do Partido Liberal. Em verdade, tal época foi marcada pela falta de integração entre as instâncias administrativas da agremiação. Em suma, antes de 1868 não existiam formas precisas para o relacionamento entre tais instâncias.

Nesse quadro, trata-se de salientar que no dia 28 de setembro de 1868, apenas cinco dias antes da fundação do Centro Liberal, os dirigentes do Partido Liberal no Paraná reorganizaram o diretório provincial. Havia, pois, uma precisa divisão de tarefas administrativas nesse órgão partidário. Dedicar atenção a um comunicado referente à organização desse diretório provincial permite um conhecimento sobre o modo de realização de uma reunião partidária em um contexto marcado pela baixa formalização das atividades dos diretórios:

² Nas eleições secundárias, os liberais sufragaram os nomes das duas principais lideranças do partido, a saber, o citado Jesuíno Marcondes e o bacharel Manuel Alves de Araújo (1832-1908). Esses indivíduos, contudo, foram derrotados pelos candidatos conservadores Manuel Francisco Correia (1831-1905) e Joaquim Dias da Rocha (1838-1908). Atente-se, pois, ao resultado da eleição para as duas vagas de deputado geral pelo Paraná em 1869: Manuel Francisco Correia, 166 votos; Joaquim Dais da Rocha, 153 votos; Jesuíno Marcondes, 35 votos; Manuel Alves de Araújo, 19 votos (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20 de março de 1869, p. 3).

No dia 28 [de setembro de 1868] reuniram-se os liberaes em casa do Sr. conselheiro [Jesuino] Marcondes e procederam à eleição do directorio do partido; que ficou composto do seguinte modo: conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, presidente; dr. Generoso Marques dos Santos; dr. Sergio Francisco de Souza Castro, e tenente-coronel Benedicto Enéas de Paula, membros efectivos. A reunião tornou-se muito brilhante não só pela grande concorrência de pessoas gradas, como pelos eloquentes discursos que então pronunciaram os srs. conselheiro Marcondes, dr. Generoso Marques e dr. Sergio de Castro (OPINIÃO LIBERAL, 3 de outubro de 1868, p. 3).

Um dos desdobramentos da fundação do Centro Liberal consistiu na regularização das interações entre dirigentes provinciais e os dirigentes nacionais da agremiação. A esse respeito, cabe salientar que o tema central dessas interações era o desempenho eleitoral do partido nas províncias. Nesse particular, eram analisadas denúncias de supostas fraudes realizadas com o intuito de inviabilizar o êxito dos liberais nas eleições primárias e secundárias. Nos anos 1870, os gestores do diretório liberal do Paraná se ocuparam de remeter ao Centro informações atinentes aos estratagemas empregados pelos seus adversários nos dias de votação.

As informações respeitantes ao relacionamento entre os dirigentes nacionais e os gestores provinciais do partido permite salientar que o limite dessa interação dizia respeito ao fornecimento de informações sobre episódios eleitorais. Por consequência, não há indícios da ingerência de dirigentes nacionais na definição de candidaturas parlamentares no Paraná ao longo das décadas de 1870 e 1880. Para o conhecimento do teor das informações frequentemente enviadas pelos liberais paranaenses ao diretório nacional do partido, cabe atentar ao conteúdo do seguinte telegrama redigido pelo citado Manuel Alves de Araújo em 1870:

De Manoel Alves de Araújo ao Sr. Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo. Procedente da Estação de Paranaguá. Expedido às 6 horas e 15 minutos. Apresentado no dia 13 [de novembro] às 8 horas e 30 minutos. O directorio do partido liberal do Paraná. Eleição municipal da capital [Curitiba] a 27 do corrente. O governo intervém. Revista na Guarda Nacional marcada para os dias 18 e 23 do corrente. Pedem-se ao Sr. Visconde do Rio Branco providências urgentes. Antonina, 12 de novembro de 1870. Pelo directorio – *Manoel Alves de Araújo* (A REFORMA, 3 de dezembro de 1870, p. 1)

Havia um caráter rotineiro no conteúdo das interações entre os dirigentes nacionais e os dirigentes paranaenses do Partido Liberal. Desse modo, no ano de 1876 o bacharel Manuel Alves de Araújo continuava a encaminhar ao Centro informações sobre distintos acontecimentos das eleições do Paraná. Em sua maior parte, tais acontecimentos consistiam nas ações dos correligionários do Partido Conservador para impedir a vitória eleitoral de seus contendores. Leia-se, pois, a íntegra do seguinte telegrama escrito por Araújo aos dirigentes nacionais da grei em dezembro de 1876, no contexto de uma eleição para o cargo de senador pelo Paraná:

Do Dr. [Manuel] Alves de Araújo ao Centro Liberal. Curitiba, 1º de dezembro de 1876, às 12 horas 35 minutos da manhã.

Diplomas aos deputados liberaes. Reconhecimento da lista tríplice liberal; apuração feita. Depois dela chega o secretário da presidência com ofício, suspendendo a câmara, e investindo na mesma um vereador que não era de número. A força pública, dirigida pelo ajudante de ordens, invade o paço municipal. O secretário do governo e alguns cabalistas do governo de revolver. Luta no recinto. Faz o governo uma duplicada de listas e de diplomas, cercada a câmara da força. A cidade se alarma (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4 de dezembro de 1876, p. 1)³.

Os dirigentes nacionais do Partido Liberal não se ocupavam apenas de receber informações atinentes dos processos eleitorais ocorridos em áreas provinciais. Antes, eles também se envolviam na política municipal. Mais precisamente, esses dirigentes também se atinham sobre a vida política e eleitoral da capital do Império. Uma atividade realizada por tais líderes era analisar denúncias sobre fraudes eleitorais ocorridas tanto nas províncias quanto na capital do Império. O excerto transcrito a seguir diz respeito a uma reunião do Centro Liberal ocorrida em setembro de 1872. Nessa oportunidade, foram recebidas informações sobre episódios da eleição para cargos municipais ocorrida em uma freguesia carioca. Tal excerto permite evidenciar a natureza das atividades comumente desempenhadas pelos gestores do Centro no limiar dos anos 1870:

³ Essa eleição foi vencida pelo conservador Manuel Francisco Correia, que derrotou o liberal Jesuino Marcondes.

Às 6 horas da tarde, pelo delegado de S. José foi a comissão [central do Partido Liberal] informada de que nessa freguesia os trabalhos correram como haviam principiado, caprichosa e tumultuariamente. [...] Outro homem, de cor preta, quando foi chamado o Sr. Benedito Alves Nogueira, apresenta-se em seu lugar; scientes das falsidades protestam os liberaes e se comprometem a fazer chegar sem demora perante a mesa o Sr. Nogueira; a mesa, porém, desprezando as razões dadas, não admite que a cédula seja tomada em separado e apressa-se em receber o voto do *phosphoro*. Aparece minutos depois o Sr. Nogueira, que reclama pelo seu direito; mas a mesa nem ao menos se dignou a responder-lhe. [...]. *J. Luiz Vieira Cansação de Sinimbu – J. V. Couto de Magalhães – Rodrigo Octavio – Joaquim Serra – Frederico A. Rego (A REFORMA, 9 de setembro de 1872, p. 1).*

Em resumo, a criação do Centro Liberal não minou a capacidade dos dirigentes regionais da agremiação para aplicarem regras próprias de gestão de diretórios e definição de estratégias eleitorais. Ao mesmo tempo, tal criação foi operacional para que os correligionários das províncias pudessem fornecer informações e obter orientações a respeito da participação em pleitos eleitorais. Nesse âmbito, as sugestões iniciais dos membros do Centro, tal como a defesa da reorganização dos diretórios regionais, foram acolhidas sem obstáculos significativos.

Por meio do estudo do caso do Paraná, notou-se que, ao longo dos anos 1870, a interação entre o Centro e um diretório provincial assumiu caráter protocolar. Tal caráter era derivado do fato de que os membros do Centro eram apenas comunicados sobre o funcionamento local do partido. Eles não eram consultados sobre as estratégias a serem deflagradas para reorientar o modelo administrativo e a ação eleitoral da agremiação.

Fatores e implicações dos confrontos entre chefes do Partido Liberal no Paraná dos anos 1870

O desenvolvimento deste estágio do artigo comporta dois argumentos. Primeiro, trata-se de evidenciar que um dos elementos da autonomia do diretório paranaense do Partido Liberal era derivado da falta de envolvimento do diretório nacional na resolução de contendas entre os dirigentes regionais da agremiação.

A sustentação desse argumento possibilita demonstrar que a reorganização da estrutura administrativa do Partido Liberal não implicou, em todos os casos, o aumento da unidade interna entre os próceres locais da grei.

Segundo, cumpre salientar que uma estratégia para os dirigentes regionais consolidarem o seu poder sobre o partido na Província do Paraná residia na conquista do apoio de diretórios municipais. Nesse quadro, é destacado que os diretórios municipais, no Paraná dos anos 1870, possuíam autonomia para definir um modelo próprio de gestão local do partido. A execução desse estágio do artigo permite embasar a constatação de que os diretórios liberais existentes no Paraná eram diferentes entre si no tocante às características de sua divisão de tarefas administrativas.

No dia 9 de janeiro de janeiro de 1876, na cidade de Curitiba, capital da província, foi eleita nova Mesa Executiva do diretório liberal do Paraná. O presidente da Mesa, nessa ocasião, era o bacharel Sérgio Francisco de Souza Castro (1840-1921). Os membros do diretório liberal, porém, estavam politicamente cindidos. O grupo que rivalizava com os aliados de Sérgio de Castro era liderado por indivíduos tais como o advogado Generoso Marques dos Santos (1844-1928) e o professor de ensino primário João Batista Brandão de Proença.

Por consequência, os adversários de Sérgio de Castro decidiram eleger uma nova Mesa Diretora em reunião ocorrida no fim de janeiro do mencionado ano. A leitura do texto integral da ata da reunião dos dissidentes é fundamental para o conhecimento sobre os aspectos dos ritos inerentes às reuniões de um diretório liberal.

A análise dessa ata também permite evidenciar que as reuniões partidárias não eram, em todas as situações, eventos circunscritos à presença do núcleo dirigente da agremiação. Antes, havia marcante afluência de correligionários a tais encontros. Essa afluência não significava a interferência decisiva dos correligionários nas tomadas de decisão respeitantes à gestão do diretório liberal do Paraná. Em suma, a leitura do texto transcrito abaixo permite salientar que, na reunião liberal acontecida em 22 de janeiro de 1876, não houve expressiva renovação do quadro de dirigentes do partido:

O Partido Liberal desta capital reuniu-se ontem às 8 horas da noite em casa do snr. Tenente coronel Ignácio José de Moraes, a convite deste respeitável amigo e dos snrs., tenente coronel Benedicto Enéas

de Paula, cap. Tibúrcio Borges de Macedo e dr. Generoso Marques dos Santos. Apesar do mau tempo e de terem os convites sido distribuídos com antecedência de dois dias, estiveram presentes na reunião 129 cidadãos, cujos nomes abaixo publicamos. O sr. dr. Marques dos Santos [...] declarou em breve discurso que o fim para que fora convocada aquela reunião era julgar o Partido, em vista das últimas ocorrências a elle relativos e que são notórias, se todos os membros do antigo directorio ali presentes, isto é, os signatários do convite e o sr. capitão Brandão de Proença, continuavam a merecer a sua confiança, e devião prosseguir na direção do Partido; e, em segundo lugar, decidir qual a attitude dos liberaes nas eleições próximas. O primeiro ponto foi decidido pela afirmativa, por unanimidade de votos; e, quanto ao segundo, foi deliberado também unanimemente e de acordo com a resolução do Centro Liberal, que o Partido interviesse com toda pujança no pleito eleitoral. O sr. capitão Brandão de Proença, agradecendo o voto de adesão e confiança que acabava de receber, pediu excusa do lugar de membro do directorio, em razão de sua avançada idade e incômodos de saúde, protestando no entanto a continuar a prestar os seus serviços à causa do Partido Liberal, ali legitimamente representando. O sr. capitão Ennes Bandeira propoz que, em vista da 1ª deliberação e do pedido de excusa do capitão Brandão de Proença, se elegessem mais três membros, para completar o número que tinha o directorio, o que foi aprovado, sendo eleitos os srs. dr. José Lourenço de Sá Ribas, major Luiz Manuel Anger e capitão Antônio Augusto Ferreira de Moura. [Seguem os nomes dos 129 participantes da reunião] (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 26 de janeiro de 1876, p. 4).

Os liberaes que comandavam o diretório do partido no Paraná demonstraram o conhecimento sobre as recomendações do Centro Liberal. Eles também manifestaram sua concordância com a sugestão dos dirigentes nacionais para que o partido participasse das eleições municipais. Desse modo, oito anos após a sua fundação, o Centro permanecia como um órgão cujas orientações eram objeto de discussão em âmbito regional. Era, portanto, uma instância administrativa que tinha sua autoridade reconhecida pelos membros do partido radicados em áreas provinciais.

Em meados dos anos 1870, o tema primordial da comunicação entre o Centro e o diretório liberal do Paraná era referente à participação ou abstenção em

eleições. A análise dessa ata também permite destacar que os dirigentes do diretório dissidente não previam a participação, na rotina administrativa do órgão, de membros dos diretórios municipais. Eram, pois, os correligionários residentes na capital paranaense que estavam acomodados nas posições mais estratégicas para gerir o partido na província.

O diretório liberal eleito no dia 9 de janeiro de 1876 também não garantiu aos correligionários que habitavam municípios do interior do Paraná uma inserção na administração do diretório provincial. Tal asserção é corroborada pelo fato de que os gestores do diretório eleito no início de janeiro convocaram apenas os correligionários residentes na capital da província para participarem das deliberações do partido (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26 de janeiro de 1876, p. 2).

A despeito de suas divergências políticas, verificase que havia aproximações quanto ao modelo de gestão de diretórios concebido pelos liberaes que pertenciam ao diretório eleito em 09 de janeiro e pelos liberaes que participaram da reunião acontecida no dia 22 do citado mês. Essa aproximação residia no fato de que a regulamentação de formas de interação com os correligionários liberaes do interior da província não era prioritária àqueles chefes partidários. De todo modo, os liberaes que compunham o diretório eleito a 09 de janeiro comunicaram por meio do jornal *Dezenove de Dezembro* que não reconheciam o diretório formado no dia 22 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26 de janeiro de 1876, p. 2).

Dentre os seis signatários dessa mensagem, estava o citado Sérgio de Castro. A estratégia adotada por esse advogado para legitimar o seu poder sobre a gestão do partido na Província do Paraná consistiu em se aproximar de dirigentes municipais da agremiação. Em agosto de 1876, por exemplo, ele foi convidado para participar da solenidade na qual foi empossada a nova Mesa Executiva do diretório liberal do município de Ponta Grossa, localizado no segundo planalto do Paraná. Acerca da composição do núcleo dirigente do partido nessa cidade, leia-se o seguinte extrato da notícia veiculada no jornal *Província do Paraná*:

No dia sete do mez corrente, em uma brilhante reunião presidida pelo Dr. Sérgio de Castro, membro do Centro Liberal da província e seu delegado, o Partido Liberal do município da Ponta Grossa, representado por suas legítimas influências, elegeu o seu Centro e a Comissão executiva do modo que segue [...].

Comissão Executiva
 Commendador Antônio de Oliveira Nhosinho,
 presidente
 Major Domingos Ferreira Pinto, 1º vice-presidente
 Capitão José Joaquim Pereira Branco, 2º vice-
 presidente
 Tenente Generoso Martins de Araújo, thesoureiro
 Antônio Dias Baptista
 Capitão Joaquim Ferreira Pinto
 Secretário – José Pedro Carvalho da Silva Júnior
 (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 21 de agosto de
 1876, p. 2).

A informação acima reproduzida permite evidenciar que foi a proximidade de um pleito eleitoral, no qual seriam escolhidos os vereadores e juizes de Paz da cidade, que motivou a recomposição da Mesa Executiva do diretório liberal de Ponta Grossa. Verifica-se, portanto, que os liberais encaravam o diretório como um órgão necessário para a coordenação da ação eleitoral dos correligionários. A relação entre criação de diretório e ocorrência de pleito eleitoral consiste em evidência de que havia setores de elites locais que enxergavam os diretórios como comitês eleitorais. O funcionamento desses órgãos era, por vezes, circunscrito a um período eleitoral.

A notícia supracitada também permite salientiar uma diferença entre o diretório municipal e o diretório provincial quanto à sua estrutura administrativa. Em relação às Mesas Diretoras formadas em 1868 e 1876 no diretório liberal do Paraná, a Mesa constituída no diretório liberal de Ponta Grossa na referida ocasião possuía uma divisão de tarefas mais complexa. Dessa maneira, um elemento intrínseco à autonomia dos diretórios municipais e provinciais do Partido Liberal dizia respeito à faculdade de conceber modelos próprios de estruturação e funcionamento da grei. Nesse contexto, uma diferença capital entre diretórios liberais era decorrente da maior ou menor complexidade do seu modelo de divisão de tarefas administrativas.

Por fim, cumpre mencionar que a reunificação do Partido Liberal no Paraná ocorreu no momento em que o supracitado bacharel Jesuíno Marcondes retomou a condição de chefe supremo da agremiação. Ou seja, o fim das disputas entre setores da elite liberal do Paraná foi derivado do aumento do grau de centralização administrativa da agremiação. No fim dos anos 1870 e no decorrer dos anos 1880, as diretrizes sobre o funcionamento do Partido Liberal na província não eram emanadas de decisões colegiadas tomadas no interior de um diretório. Antes, essas decisões eram

derivadas dos objetivos e estratégias políticas de Jesuíno Marcondes.

Esse indivíduo não pertenceu à Mesa Executiva do diretório liberal do Paraná nos anos 1870. Porém, esse distanciamento em relação às atividades rotineiras do diretório não impediu que ele exercesse função crucial na coordenação do partido em âmbito regional. Portanto, essas informações permitem antecipar um argumento desenvolvido na última etapa deste artigo. Tal argumento afirma que, ao longo dos anos 1880, a gestão do Partido de Liberal por meio de diretórios experimentou o seu esgotamento. Houve, assim, a extinção do diretório provincial e o aparecimento de um chefe supremo da grei. Nessa época, o controle da agremiação era realizado por um indivíduo, a saber, Jesuíno Marcondes. Na última década do Império, a forma de gestão do Partido Liberal do Paraná tornou-se marcada pelo caráter pouco formalizado.

O estudo sobre a natureza do poder exercido por esse bacharel no Partido Liberal paranaense permite evidenciar que a reorganização administrativa da grei não ocasionou uma renovação do seu quadro de dirigentes. Mais precisamente, trata-se de reconhecer que as lideranças liberais politicamente ativas na Província do Paraná desde os anos 1850 conservaram a prerrogativa de influir de modo indelével na condução do partido até os anos finais do Império.

Jesuíno Marcondes e a centralização administrativa do Partido Liberal no Paraná nos decênios de 1870 e 1880

Na etapa final do artigo, cumpre salientiar que o crescimento da autoridade de Jesuíno Marcondes sobre o Partido Liberal do Paraná representou a desmontagem do modelo coletivo de gestão partidária. O diretório provincial cedeu lugar ao comando incontestado de apenas um personagem. De outro lado, cumpre destacar que a consolidação dessa autoridade era também decorrente do apoio de chefes municipais da agremiação.

As épocas de confecção de chapas de candidatos à Assembleia Legislativa Provincial eram ocasiões nas quais as interações entre o chefe supremo e os dirigentes municipais do partido tornavam-se mais assíduas. O caso da ação política de Jesuíno Marcondes evidencia que, no contexto do Paraná provincial, a reorganização administrativa do Partido Liberal não foi marcada por um processo de aperfeiçoamento das formas de divisão de tarefas partidárias e de renovação dos quadros de lideranças da grei.

Graduado pela Faculdade de Direito de Olinda em 1849, Jesuíno Marcondes pertencia a uma família que integrava o Partido Liberal desde a época anterior à criação da Província do Paraná, ocorrida em 1853. O poder econômico dessa família era decorrente do envolvimento no comércio de animais de carga (ALVES, 2014).

No contexto em que ocorreu a reorganização administrativa do Partido Liberal, Marcondes era o único político paranaense que havia exercido um cargo ministerial – ele ocupou a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas nos anos de 1864 e 1865. Assim, um dos elementos do prestígio social desse indivíduo era a manutenção de conexões com membros da elite política imperial.

Em relação aos demais dirigentes liberais do Paraná, Marcondes possuía uma inserção mais consistente na vida política da capital do Império. Desde o início dos anos 1860, tal inserção lhe foi operacional para obter o apoio de próceres nacionais do Partido Liberal às suas candidaturas para a Câmara dos Deputados (CORREIO MERCANTIL, 30 de julho de 1863, p. 1). Essa inserção possibilitou que Marcondes exercesse uma influência em esquemas de nomeações para cargos comissionados. As conexões sociais por ele mantidas na capital do Império viabilizaram o acesso de seus parentes e correligionários a cargos públicos (JORNAL DO COMMERCIO, 4 de janeiro de 1866, p. 1).

A interferência de Marcondes na vida interna do Partido Liberal paranaense é anterior à mencionada cisão entre os correligionários da agremiação. Um dos aspectos dessa influência residia na capacidade de conduzir o preenchimento de chapas de candidatos para a Assembleia Legislativa do Paraná. Em 1873, um habitante anônimo do município de Votuverava (atual Rio Branco do Sul), situado no primeiro planalto do Paraná, redigiu um protesto contra a interferência de Marcondes na escolha de candidatos a deputado provincial. Esse anônimo salientou que o referido bacharel buscava indicar seus parentes para compor as chapas de postulantes à Assembleia Legislativa do Paraná. Tais críticas foram veiculadas pelo jornal *Dezenove de Dezembro*:

Constando-nos que o conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, chefe do partido liberal da província, ex-ministro e recomendado pelos seus tantos outros títulos à consideração do compacto e importante partido liberal desta província, organizou a chapa de deputados provinciaes para a

legislatura de 1874 e 1875, temos a dizer somente e como uma simples opinião, que por certo não será tida em apreço por S. Ex., que S. Ex. fez uma boa e feliz escolha nas pessoas de seus parentes, que residem no interior e no litoral, o que foi, sem dúvida alguma, melhor do que se se tivesse lembrado de alguns leaes e honrados amigos, que têm sempre servido à causa do partido, mas que como estranhos à família e aos seus interesses não ofereciam aquelas mesmas garantias e qualidades que esses indivíduos ligados pelos laços de parentesco, com os quaes provavelmente o honrado e distinto ex-ministro poderia contar, sejam quaes forem as circunstâncias, conforme seu sábio juízo e prudente prognóstico. Parece que com efeito para o Sr. conselheiro Marcondes é título de péssima recomendação não ser seu parente, e não pertencer sequer por aderência à sua prestimosa família, de modo que o indivíduo que não se recomendar ao seu apreço por esta forma nunca merecerá dele senão a migalha atirada com desprezo. Assim podemos dizer – que só é liberal nesta província a família Marcondes.

Votuverava, 8 de agosto de 1873

Um imparcial (DEZENOVE DEDEZEMBRO, 13 de agosto de 1873, p. 3).

Jesuíno Marcondes, por seu turno, não tardou a redigir uma réplica ao autor dessas críticas. De um lado, ele não negou a presença expressiva de seus parentes no Partido Liberal e nas instituições políticas da província. De outro lado, destacou que a confecção das chapas era derivada de acordos com lideranças municipais da agremiação. Leia-se, pois, o conteúdo da resposta formulada por Marcondes:

Sr. Redactor – Permita-me responder por meio de sua conceituada *folha* a uma publicação firmada por *Um imparcial* e que acabo de ler em seu n. 1428. Sou ahi increpado de haver, na qualidade de chefe do partido liberal desta província, organizado a chapa de deputados provinciaes, incluindo meus parentes da marinha e do interior, com preterição de leaes e honrados amigos que tem serviço à causa do partido [...]. Até o momento em que escrevo estas linhas não me consta que esteja organizada chapa do partido liberal para deputados provinciaes: *nondum eram natus*. Se S. S. ou algum liberal de merecimento for preterido injustamente, queixe-se das influências locais a quem o partido costuma pedir os nomes dos candidatos mais recomendáveis.

Quanto aos meus parentes, os que tem tido assento na assembléa provincial são todos cidadãos conspícuos, influências reais e benéficas em seus respectivos municípios.

Palmeira, 19 de agosto de 1873 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27 de agosto de 1873, p. 4).

Conforme ressaltado na primeira seção deste artigo, o diretório paranaense do Partido Liberal não formalizou as condições de participação de representantes dos municípios em suas atividades. Contudo, em contextos eleitorais havia uma interação entre os gestores provinciais e os chefes municipais da grei. Essa interação ocorria por ocasião da escolha de candidatos à Assembleia Legislativa.

Portanto, os dirigentes municipais não estavam afastados por completo das tomadas de decisão respeitantes à gestão do Partido Liberal na província. Ao contrário, o texto de Jesuíno Marcondes contém indícios de que uma atribuição elementar das lideranças municipais era a indicação de nomes para o preenchimento de chapas de candidatos a eleições parlamentares. Trata-se, pois, de uma forma de divisão de tarefas que não fora regulamentada nas ocasiões em que o diretório provincial conheceu mudanças em sua estrutura administrativa, no contexto fim dos anos 1860 e começo dos anos 1870.

De outra parte, cabe atentar ao fato de que a crítica do autor anônimo e a réplica de Jesuíno Marcondes foram produzidas em uma época na qual os liberais estavam na oposição ao Gabinete Ministerial, então presidido pelo conservador Visconde do Rio Branco. Marcondes, portanto, ampliou o seu poder sobre o Partido Liberal no Paraná em um momento no qual esta agremiação estava distanciada do comando das esferas da administração pública.

Em agosto de 1879, quando o Gabinete era comandado pelo liberal Visconde de Sinimbu, Marcondes permanecia investido de amplas prerrogativas na gestão local dessa grei. Ele era, por exemplo, o autor das circulares enviadas aos correligionários em períodos eleitorais. Ou seja, esse bacharel possuía a incumbência de formular as sugestões programáticas a serem sustentadas pelos candidatos do partido. Na referida época, Marcondes foi o responsável pela montagem de uma chapa de candidatos a deputados provinciais. Ao mesmo tempo, ele também assumiu a tarefa de redigir uma circular cujas principais propostas estão contidas no seguinte excerto:

O Exmo. Sr. Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, chefe do Partido Liberal da província, remetendo aos eleitores liberais a chapa de deputados provinciais a abaixo transcrita, dirigiu-lhes a Circular seguinte:

“Ilmo. Sr. Cabe à situação liberal a árdua tarefa de consolidar o crédito da Província e restabelecer suas finanças, reparar desenvolver suas vias de comunicação, fomentar suas indústrias, difundir eficazmente a instrução, reorganizar os serviços com austera economia, tudo sem novos gravames para o contribuinte [...]” (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 30 de agosto de 1879, p. 3).

As lideranças ascendentes do Partido Liberal, tais como os advogados Generoso Marques e Sérgio de Castro, eram personagens secundários em relação a Marcondes. A oportunidade política mais decisiva obtida por esses bacharéis ao tempo do Império consistiu na eleição para o cargo de deputado geral. Essas eleições tornaram-se possíveis após Jesuíno Marcondes desistir de participar de disputas eleitorais, no fim dos anos 1870. Essa desistência não significou o fim de sua influência no comando do Partido Liberal do Paraná. Ao longo dos anos 1880, ele permaneceu na condição de chefe supremo da agremiação.

Desse modo, os anos finais do Império foram caracterizados, no âmbito da Província do Paraná, pela vigência de um modelo centralizado de gestão partidária. Nesse modelo, as atividades coletivas e rotineiras do diretório provincial foram substituídas pelas tomadas de decisão de um líder incontestado. Esse líder, por certo, matinha interações com lideranças locais da agremiação para definir as formas de condução do partido. Porém, tais interações não eram formalizadas, isto é, não ocorriam sob as regras da vida interna de um diretório.

A esse respeito, cabe dedicar atenção a uma informação veiculada no jornal *Dezenove de Dezembro*, em dezembro de 1887. Este periódico publicou uma notícia na qual é destacado que os correligionários dessa agremiação residentes no interior da província ainda reconheciam a autoridade de Marcondes. Mais precisamente, ele permanecia investido na função de principal coordenador da ação eleitoral daquela agremiação no Paraná:

O Exm. Sr. conselheiro Jesuíno Marcondes, illustre chefe do partido liberal, tem recebido de todos os pontos da província as mais significativas e entusiásticas felicitações pela brilhante victoria

que o mesmo partido acaba de alcançar no pleito eleitoral sob a sábia e prestigiosa direção de S. Ex. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28 de dezembro de 1887, p. 2).

Em abril de 1889, os conservadores estavam a comandar o Gabinete Ministerial. Nessa época, o senador pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira era o presidente do Gabinete. Em tal contexto, Jesuíno Marcondes permanecia no controle do Partido Liberal do Paraná. Nessa época, ele foi o responsável pela escolha de dois correligionários, Manuel Alves de Araújo e Generoso Marques, para participarem de uma reunião nacional da agremiação. Em tal encontro, que foi denominado de Congresso Liberal, houve a formulação da ideia de uma monarquia federativa (RIBEIRO, 2016). De acordo com o redator do jornal *Dezenove de Dezembro*, Marcondes foi o responsável por definir os representantes titulares e suplentes do Paraná nesse evento:

Congresso Liberal. O Exm. Sr. Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ilustre chefe do Partido Liberal do Paraná, satisfazendo a requisição do Centro Liberal, nomeou os nossos amigos Conselheiro Manuel Alves de Araújo e Dr. Generoso Marques dos Santos delegados do mesmo Partido ao Congresso Liberal, que tem de se reunir na Corte no dia 15 [de abril] do corrente, e suplentes os Srs. deputado Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo e Dr. Carlos de Laet (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10 de abril de 1889, p. 1)

Em 18 de junho de 1889, onze dias após o Visconde de Ouro Preto, do Partido Liberal, assumir o comando do Gabinete, Marcondes foi nomeado presidente da Província do Paraná. Ele permaneceu nessa função até a queda do Império, em 15 de novembro daquele ano. A implantação da República provocou o fim da atividade política desse bacharel, bem como ocasionou a sua mudança para cidade suíça de Genebra, onde faleceu. Portanto, nos anos finais do Império o poder político de Marcondes era decorrente de sua capacidade de controlar localmente o Partido Liberal e permanecer envolvido em esquemas de nomeações imperiais.

A respeito da atuação de Marcondes como dirigente partidário, cabe salientar que o crescimento de sua influência sobre o Partido Liberal na província neutralizou as prerrogativas do diretório provincial da grei. No fim dos anos 1870 e no decorrer dos anos

1880, não houve reuniões direcionadas a promover a recomposição da Mesa Diretora daquele órgão. Desse modo, cumpre destacar que a divisão de tarefas administrativas proporcionada pela existência de um diretório progressivamente se dissolveu.

A partir do fim dos anos 1870, não existia um diretório central do Partido Liberal no Paraná. Nessa época, havia apenas diretórios municipais, tais como o da cidade litorânea de Paranaguá (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 23 de outubro de 1879, p. 2). No contexto dos anos finais do Império, no âmbito do Paraná, não havia um órgão partidário dedicado a coordenar a ação política dos correligionários na capital e nos municípios do interior da província.

A dissolução do diretório provincial do Partido Liberal paranaense foi sucedida pelo aparecimento de um chefe supremo, cujo relacionamento com as lideranças locais da agremiação não era regido por precisos critérios. Essa aproximação não ocorria em ocasiões específicas tais como as reuniões partidárias. Nesse contexto, os dirigentes nacionais do Partido Liberal não interferiram para manter em atividade os diretórios provinciais. A ocorrência de processos de concentração de poderes administrativos por uma única liderança não era um objeto da preocupação dos dirigentes nacionais da grei.

Considerações finais

A abordagem desenvolvida no decorrer deste artigo permitiu evidenciar que a criação do Centro Liberal foi uma iniciativa destinada a manter partido eleitoralmente viável e organizado do ponto de vista administrativo em uma época em que os conservadores comandavam o Gabinete Ministerial. O êxito de tal iniciativa, contudo, dependeu da sua encampação pelas elites provinciais.

De fato, foi demonstrado neste artigo que tais elites e, em particular, a elite paranaense, não se eximiram de reorganizar diretórios e manter uma interação mais assídua e formal com a instância superior do partido. Dessa maneira, os membros das elites provinciais foram os agentes capitais na execução da tarefa de conduzir o processo de reorientação administrativa da grei.

Outro argumento basilar desta investigação reside na afirmação de que a implantação do Centro Liberal não ocasionou a restrição das prerrogativas das elites provinciais para gerirem localmente o partido. Nesse contexto, os dirigentes nacionais da agremiação não

se ocuparam de impor diretrizes sobre o modo de estruturação e funcionamento das unidades locais da grei. Após a implantação do Centro Liberal, os dirigentes do partido na Província do Paraná permaneceram investidos da faculdade de conceber regras próprias para o desenvolvimento das atividades do diretório sediado na cidade de Curitiba.

Os dirigentes nacionais do Partido Liberal mantinham uma interação essencialmente protocolar com os dirigentes paranaenses da grei. Esse caráter protocolar era uma evidência de que a indicação de candidaturas, a mediação de conflitos internos e a definição da estrutura interna dos diretórios paranaenses do Partido Liberal não eram incumbências do diretório nacional da agremiação.

Por fim, foi evidenciado que a reorganização de diretórios liberais na Província do Paraná não ocasionou uma renovação do núcleo dirigente do partido. Ao contrário, no decorrer dos anos 1880 houve o abandono da antiga estrutura de diretórios partidários. Os diretórios liberais remanescentes desse partido funcionavam apenas em âmbito municipal. Por consequência, a prerrogativa de gerir o partido na província foi obtida por Jesuíno Marcondes, que se acomodou na condição de chefe supremo da grei. A sustentação desses argumentos permitiu salientar que os anos finais do Império, no âmbito da Província do Paraná, foram marcados por um aumento no grau de centralização do modelo de gestão do Partido Liberal.

Referências

- ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa de. **Pelas tramas da política**: a constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889)**. A classe política. A parentela no Governo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2014.
- AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. **Textos políticos da História do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. 2 v.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. Bases da União Conservadora e os Estatutos do Grêmio Paulistano e os primórdios do movimento republicano em São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 14, p. 149-158, 1973.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: UnB, 1980.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: UnB, 1981.
- CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 15-30.
- COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934)**. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 79-110, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011525820171115>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império**: Honório Hermeto de Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FÁRIA, Vanessa Silva de. **O processo de qualificação de votantes no Brasil Império**: perfil da população votante no distrito sede de Juiz de Fora, Minas Gerais (1872-1876). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.
- FERNANDES, Renata Silva. **O Governo das províncias no Império do Brasil**: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- FERRAZ, Sérgio Eduardo. **O Império revisitado**: Poder Moderador, Câmara dos Deputados e instabilidade ministerial (1840-1889). 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **Diversidade econômica e interesses regionais**: as políticas públicas do governo provincial mineiro (1870-1889). 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **Minas e a Política Imperial**: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HÖRNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: MARSON, Isabel (org.). **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil**: 1790-1860. São Paulo: Edusp, 2013. p. 213-240.
- LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. **Lua Nova**, n. 91, p. 51-113, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. In: COUCEIRO, Sylvia; CAVALCANTI, Helenilda (Org.). **Joaquim Nabuco e a nossa formação**. Recife: Edições Massangana, 2012. p. 195-225.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil Império**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Luis NETO, Washington. Introdução. In: BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o Segundo Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 9-12.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1975.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. **Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MOSHER, Jeffrey. **Political Struggle, Ideology and the State Building: Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska, 2008.

MOTTA, Paulo. **Movimentos partidários no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NASCIMENTO, Carla Silva do. **O Barão de Cotegipe e a crise do Império**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

NEEDELL, Jeffrey. **The party of order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy**. Stanford: Stanford University, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11126/stanford/9780804753692.001.0001>. Acesso em: 14 fev. 2019.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1780-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 311-343, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000200005>. Acesso em: 14 fev. 2019.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Imperial e dos poderes locais, 1823-1834**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Monarquia federativa e democrática: o congresso liberal de 1889 e os sentidos do reformismo nos anos finais do Império. **Clio**, v. 1, n. 34, p. 52-72, 2016.

VENÂNCIO, Ulisses. Políticos profissionais ou nobres políticos? Variáveis da carreira política do Brasil Império. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, p. 127-144, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/download/45781/28754>. Acesso em: 14 fev. 2019.

Fontes

A PEDIDO. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 13 ago. 1873, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

A PEDIDO. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 27 ago. 1873, p. 4. <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

A PEDIDO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 04 jan. 1866, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CENTRO diretor. **Província do Paraná**. Curitiba, 21 ago. 1876, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CIRCULAR. **Correio Paulistano**. São Paulo, 28 nov. 1868, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CIRCULAR. **Província do Paraná**. Curitiba, 30 ago. 1879, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CLUBE da reforma. **A Reforma**. Rio de Janeiro, 09 set. 1872, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

COLABORAÇÃO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 25 nov. 1868, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

COLABORAÇÃO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 28. Nov. 1868, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CONGRESSO liberal. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 10 abr. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CORRESPONDÊNCIA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 05 jan. 1869, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CORRESPONDÊNCIA. **Opinião Liberal**, Rio de Janeiro, 03 out. 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

DOIS telegramas. **A Reforma**. Rio de Janeiro, 03 dez. 1870, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ELEIÇÃO. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 26 mar. 1869, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ELEIÇÃO. **O Liberal**. Recife, 14 jul. 1868, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ELEIÇÕES. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 nov. 1868, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FELICITAÇÕES. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 29 dez. 1887, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

INTERIOR. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 27 jul. 1869, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

INTERIOR. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 09 dez. 1868, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

NOTÍCIAS do interior. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1863, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

O PARTIDO liberal. **Província do Paraná**. Curitiba, 26 jan. 1876, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PÊSAMES. **Província do Paraná**. Curitiba, 23 out. 1879, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PROTESTO. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 26 jan. 1876, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

TELEGRAMA. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 04 dez. 1876, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.


Recebido: 30 janeiro 2018

Aceito: 04 maio 2018

Publicado: 20 março 2019

Autor/Author:

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES argomes8@gmail.com

- Doutor em História (2017) pela Universidade Federal do Paraná. Realiza estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.  <http://orcid.org/0000-0002-6790-4958>
- PhD in History (2017) from the Federal University of Paraná. I develop a postdoctoral research at the Graduate Program of History of Federal University of Paraná.
- Doctor en Historia (2017) por la Universidad Federal del Paraná. Realiza estudios de postdoctorado junto al Programa de Postgrado en Historia de la Universidad Federal del Paraná.